

# **BOLSA PRODUTIVIDADE EM PESQUISA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO: A INFLUÊNCIA DAS ÁREAS DE TECNOLOGIAS PRIORITÁRIAS DO CNPQ SOB A ÓTICA DE ROBERT MERTON**

Adolfo Ignacio Calderón  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
[adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br](mailto:adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br)

## Introdução

A avaliação de projetos para a obtenção da Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PPQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem se consolidado como um mecanismo essencial na hierarquização e seleção de pesquisadores no Brasil. No triênio de 2021 a 2023, a exigência de aderência dos projetos de pesquisa às áreas de tecnologias prioritárias (ATP) estabelecidas pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) gerou discussões sobre a autonomia da produção científica, especialmente na área da Educação.

O financiamento da pesquisa científica sempre esteve atrelado a interesses estratégicos de desenvolvimento econômico e tecnológico, mas a imposição de áreas prioritárias levanta questões sobre os impactos dessa política na liberdade investigativa. A vinculação de financiamento a eixos temáticos previamente definidos pode reforçar desigualdades no campo da produção acadêmica, afetando o desenvolvimento de áreas essenciais para a compreensão e melhoria da sociedade, como a Educação e as Ciências Humanas.

Com base na teoria da Sociologia da Ciência de Robert Merton, este estudo busca analisar a influência extrínseca dessa política sobre a pesquisa educacional, considerando seu impacto na estratificação acadêmica e no financiamento das ciências humanas e sociais. A discussão também abrange a dinâmica de incentivos e recompensas que permeia o sistema de avaliação da PPQ, evidenciando as tensões entre a autonomia dos pesquisadores e a indução de áreas específicas de interesse governamental.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Para a coleta de dados, foram analisados os editais do PPQ do CNPq referentes ao triênio 2021-2023, bem como a literatura acadêmica sobre financiamento da pesquisa e estratificação científica.

A abordagem metodológica adotada é fundamentada na análise de conteúdo, que permitiu identificar categorias emergentes relacionadas à política de financiamento e seus

impactos no campo da educação. Foram analisados relatórios institucionais, documentos de políticas públicas e artigos científicos sobre financiamento da pesquisa para avaliar de forma crítica os desdobramentos da exigência das ATP.

Além disso, foram consideradas evidências empíricas baseadas na experiência do autor como pesquisador e bolsista de produtividade do CNPq. Essa triangulação metodológica assegura maior validade e confiabilidade aos achados apresentados, permitindo compreender as consequências desse direcionamento estratégico a partir de uma perspectiva fundamentada e ampla.

### **Desenvolvimento**

A política de adesão às ATP estabelecida no Edital CNPq nº 09/2020 introduziu uma nova dinâmica na avaliação dos projetos de pesquisa, favorecendo áreas como Inteligência Artificial, Internet das Coisas, Biotecnologia e Nanotecnologia. Isso gerou questionamentos sobre a equidade na distribuição dos recursos, especialmente no que tange às ciências humanas e sociais.

Os impactos dessa política não se restringiram à concessão de bolsas, mas também influenciaram a definição de agendas de pesquisa. Muitos pesquisadores foram compelidos a adaptar suas investigações para que seus projetos se enquadrassem nos critérios estabelecidos, comprometendo a liberdade acadêmica e a diversidade epistemológica.

Sob a ótica mertoniana, a exigência de aderência a temas específicos favoreceu pesquisadores previamente inseridos nessas áreas, intensificando o *Efeito Mateus*, no qual aqueles que já possuem maior acesso a recursos continuam a expandir suas oportunidades, enquanto os demais enfrentam dificuldades para obter financiamento. Essa estratificação se reflete na competição entre pesquisadores e na redução da diversidade temática na pesquisa acadêmica.

Além disso, observa-se que a priorização das ATP acentuou a concentração de recursos nas regiões mais desenvolvidas do país, reforçando disparidades entre instituições de ensino superior. As universidades que já possuíam infraestrutura e redes de colaboração em áreas tecnológicas conseguiram captar um volume maior de recursos, enquanto pesquisadores de instituições periféricas enfrentaram dificuldades para competir em condições equitativas.

Com a mudança de governo em 2023, a Portaria MCTIC nº 1.122 não foi renovada, e o Edital CNPq nº 09/2023 restaurou a autonomia das comissões de área na definição dos critérios de avaliação. Isso foi amplamente celebrado pela comunidade acadêmica como um avanço na direção da pluralidade na pesquisa científica. A revisão dessa política foi vista como um reconhecimento da necessidade de equilibrar incentivos à inovação tecnológica com o suporte contínuo às pesquisas em ciências humanas e sociais, essenciais para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento educacional do país.

### **Conclusão**

O estudo destaca que as políticas de financiamento público têm um impacto significativo na orientação das pesquisas acadêmicas, consolidando um modelo de indução que se mantém independentemente das mudanças de governo. A imposição das Áreas de Tecnologias Prioritárias (ATP) pelo CNPq evidenciou a priorização de temas estratégicos para o Estado, mas também acentuou desigualdades entre áreas do conhecimento, especialmente ao excluir a ciência básica e as ciências humanas e sociais aplicadas dos principais editais de fomento.

A partir da análise mertoniana, verificou-se que essa forma de intervenção reforça hierarquias preexistentes, dificultando o acesso de pesquisadores cujas investigações não estão alinhadas às diretrizes governamentais. O fim da exigência de aderência às ATP, em 2023, representou um avanço na direção da autonomia acadêmica e na ampliação da diversidade epistemológica, mas reforça a necessidade de um monitoramento contínuo das políticas de financiamento para evitar restrições futuras à liberdade científica.

Entre outros resultados, o estudo evidencia que:

- a)** as políticas de indução das pesquisas via financiamento consolidaram-se como um padrão que influencia a formulação de novos editais e a distribuição de recursos;
- b)** o cerne do debate não está na importância do financiamento das áreas tecnológicas, mas na imposição das ATP dentro do PPQ, restringindo a capacidade das Comissões de Área de definir os temas relevantes para suas respectivas áreas;
- c)** a priorização do financiamento para áreas tecnológicas permanecerá na agenda do Estado, mas deve ocorrer sob editais mais flexíveis, possibilitando também benefícios para a área da Educação. Isso inclui oportunidades de interseção com campos emergentes, como inteligência artificial, internet das coisas, biotecnologia e

nanotecnologia, ampliando o impacto da pesquisa em aprendizagem e inovação nos sistemas de educação básica e superior.

Por fim, é fundamental que futuras políticas de financiamento equilibrem o incentivo às áreas emergentes com a valorização de pesquisas fundamentais em ciências humanas e sociais. Esse equilíbrio garantirá um desenvolvimento científico mais justo e alinhado às necessidades da sociedade. Além disso, é essencial que os processos de avaliação acadêmica contemplem não apenas os impactos econômicos imediatos, mas também a relevância social do conhecimento produzido.

### **Referências**

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Chamada CNPq N° 09/2020 Bolsas de Produtividade em Pesquisa. Brasília, DF: CNPq, 2020a.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ. Educação. Brasília, DF: CNPq, 2023a.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Chamada CNPq No 09/2023. Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Bolsas de Produtividade em Pesquisa Sênior. Brasília, DF: CNPq, 2023b.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Portaria MCTIC nº. 1.122, de 19 de março de 2020. Define as prioridades, no âmbito do MCTIC, no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 mar 2020b.

CASTIONI, R.; MELO, A. A. S.; AFONSO, M. C. L. Bolsa produtividade do CNPq na área de Educação: uma análise com foco na Educação Básica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, e221210, 2020.

ESCOBAR. H. Mudanças no CNPq e Capes preocupam pós-graduação da USP. Governo federal estabeleceu áreas prioritárias para projetos de pesquisa; regra pode afetar financiamento de programas de pós da Universidade. *Jornal da USP*, São Paulo, 31 jul. 2020.

FERREIRA, L. R.; ARAÚJO, J. G. Papel do CNPq no fomento à pesquisa em educação: análise sobre o perfil do bolsista produtividade em pesquisa. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 1013-1031, set./dez. 2019.

LEHER, R. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. *In: REBUÁ, E. et al. (orgs.). (Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

MERTON, R. A ciência e a estrutura social democrática. *In: Merton, R. Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013b.

MERTON, R. O efeito Mateus na ciência II: a vantagem cumulativa e o simbolismo da propriedade intelectual. *In: Merton, R. Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013a.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA – SBPC.

*Manifesto sobre portaria nº. 1.122 do MCTIC recebe apoio de mais de 80 entidades científicas e 60 INCTs*. São Paulo: SBPC, 30 mar. 2020.